

O saco de maldades

74 NOV 1997

JOSÉ GENQINO*

Na semana passada o governo anunciou que dispunha de um saco de maldades para conter a crise e os ataques ao Real. Ninguém suspeitou que na semana seguinte as maldades se dirigiriam contra a sociedade e os assalariados, e não contra os especuladores. O presidente Fernando Henrique Cardoso anunciou também que o Plano Real era uma "murralha indestrutível". Cada vez mais esta murralha é sustentada à custa de um exército de desempregados e de sacrifícios que pesam sobre toda a sociedade.

A estabilidade da moeda e a inflação baixa são bens e valores sociais que qualquer governo tem o dever de garantir. O Brasil vem enfrentando esses desafios há mais de uma década, e o Plano Real foi a última e a mais bem-sucedida tentativa para lograr esse tento. O Plano, contudo, teve alguns erros de origem, como a sobrevalorização cambial, que deteriora as contas externas, e os juros altos, que deprimem o crescimento econômico e geram desemprego. O mais grave de tudo, porém, é que o governo se omitiu nesses três anos de mandato ao não adotar medidas corretivas que prevenissem o advento da crise sinalizada pelo desastre do México, advertida por economistas e prenunciada pelas turbulências nas moedas e nas bolsas de valores dos países asiáticos. A rigor, o governo ficou três anos num proselitismo discursivo enquanto o capital do real era dilapidado pela inatividade.

Portou-se, o governo, de forma imprevisível como um jogador que aposta a fortuna num jogo de azar e, agora, diante de malfadada sorte, tem que tirar da sociedade para cobrir as perdas. Apostou que não haveria uma crise internacional e que os recursos externos seriam suficientes para tapar o buraco

das contas externas. No rol das omissões as mais destacadas são a não-prioridade à reforma tributária, uma política irresponsável de importações, falta de medidas ou medidas tardias na área das exportações e política de juros que elevaram a dívida pública a patamares estratosféricos.

Com a chegada da crise e dos ataques especulativos ao real era preciso agir. Num primeiro momento aumentou-se os juros. As consequências são sabidas: desaquecimento na economia e desemprego. Depois veio o pacote de ajuste fiscal, com algumas medidas corretas, outras injustas e outras ainda que não passam de perfumaria. As medidas mais injustas são a elevação do Imposto de Renda (IR) das pessoas físicas, que atinge a classe média e os assalariados, o aumento do preço dos combustíveis, que pune toda a sociedade e provoca uma cadeia de aumentos em cascata. O mais grave é que o conjunto de medidas, pelo seu caráter recessivo, vão acentuar o desemprego que já é alto.

É perfumaria, por exemplo, o governo propor cortes de incentivos fiscais que impliquem economia de apenas R\$ 500 milhões quando se sabe que os incentivos e as renúncias fiscais atingem cerca de R\$ 16 bilhões. A maior parte dos incentivos e das renúncias é socialmente injusta porque beneficia setores das elites econômicas, geralmente incompetentes. O governo aumentou também o imposto sobre as bebidas, os cigarros e sobre produtos importados. Estas medidas, que têm pouco efeito, poderiam ter sido tomadas no início do mandato. Apresentou também uma medida para combater a lavagem do dinheiro. Ocorre que há um projeto sobre o mesmo assunto parado na Câmara, com relatoria de governistas, e sobre o qual o governo nunca manifestou interesse.

Diante da crise, a oposição tem a responsabilidade de denunciar os equívocos do governo e de apresentar alternativas que representem um rumo diferente para a estabilidade e para a economia. Em momentos de crise é praxe universal que os setores mais abastados da sociedade arquem com os maiores custos. Com este ponto de partida é inaceitável o aumento do IR. Como alternativa pode-se instituir um imposto sobre as grandes fortunas. O corte nas isenções fiscais deve ser muito mais profundo para que possa proporcionar uma economia na escala de bilhões de reais. Deve-se apresentar uma emenda constitucional que reveja a política das renúncias fiscais. A exemplo do que acontece na Inglaterra, pode ser instituído um imposto sobre os ganhos das empresas privatizadas.

A regulamentação do sistema financeiro também representa economia aos cofres públicos. Outra frente que deve ser atacada diz respeito à definição de regras mais seletivas de importação e de medidas mais eficazes para aumentar as exportações. O Congresso, por sua vez, deveria dar prioridade máxima à reforma fiscal e tributária para que seus efeitos sobre a economia e as contas públicas sejam rápidos.

Por fim, é urgente que o país adote um pacote social incentivando a criação de empregos e ampliando o alcance do seguro desemprego. Sem um pacote social a tragédia da miséria pode se aprofundar. A sociedade não pode aceitar a equação do governo, que é inflação baixa, economia desaquecida e desemprego. A alternativa que é preciso construir é a da estabilidade com inflação baixa, crescimento econômico com geração de emprego e justiça social.